

NOTAS ECONÓMICAS 16

JOSÉ PEDRO PONTES SOURCES OF REGIONAL CONVERGENCE: THEORY AND EUROPEAN EVIDENCE

VASCO J. GABRIEL TESTES DE ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA EM MODELOS MULTIVARIADOS

M. PORTUGAL FERREIRA / MÁRCIO LOPES / J. ESPERANÇA MODELOS DE CRESCIMENTO E GOVERNAÇÃO DAS TRANSAÇÕES NO SECTOR DAS EMBALAGENS

MANUEL CASTELO BRANCO A CONTABILIDADE FINANCEIRA E O CONFLITO SOCIAL

NUNO VALÉRIO A ACESSÃO DE PORTUGAL AO GATT

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DO PROF. DOUTOR JACINTO NUNES



Círculo FEUC

Realizou-se no dia 25 de Maio de 2002, na Universidade de Coimbra, o doutoramento honoris causa do Professor Doutor Manuel Jacinto Nunes. Publicam-se aqui a alocução do Doutorando e as orações de elogio do Doutorando e do seu Apresentante, Professor Doutor Vítor Constâncio, proferidas, respectivamente, pelo Professor Doutor João Alberto de Sousa Andrade e pela Professora Doutora Maria Manuel Leitão Marques.

**Doutoramento honoris causa
do Professor Doutor
Manuel Jacinto Nunes
25 de Maio de 2002**

Manuel Jacinto Nunes

Magnífico Reitor,

Senhores Reitores das Universidades
Clássica e Técnica de Lisboa,

Preclaros Doutores,

Ilustres Autoridades,

Senhor Representante da Academia de
Ciências de Lisboa,

Senhor Bastonário da Ordem dos
Economistas,

Queridos Colegas de Curso,

Senhoras e Senhores,

É para mim uma subida e prestigiosa honra a que tão veneranda, ilustre e insigne Universidade, tão cheia de riquíssimas tradições, deliberou conceder-me.

Ocupei cargos elevados no Governo, na Administração financeira e na Cultura do País, mas com verdade vos digo, contrariando o meu pendor natural, apenas duas situações na minha vida me levaram ao pecado do orgulho.

A primeira é vir a ser doutor "honoris causa" nesta Universidade de Coimbra e a segunda, as palavras que me dirigiu um distinto professor desta Universidade, Teixeira Ribeiro, quando concluiu o seu argumento nas minhas provas de agregação. Disse-me: "O senhor acaba de mostrar que pode vir a ser um grande professor". Quem conheceu Teixeira Ribeiro, desculpará certamente este meu pecadilho de orgulho.

A riqueza de tradições desta Universidade e o seu cuidado na sua preservação nunca impediu a sua abertura à modernidade.

O notável núcleo de estudos de economia na Faculdade de Direito não obstou ao reconhecimento pela Universidade de ter uma escola específica para os estudos da Economia, a Faculdade de Economia, pela qual vou entrar no mais ilustre Grémio deste País.

Assim, a velha Universidade tem aberto os braços a novos ramos de saber, reconhecida a sua necessidade e assegurada a qualidade do seu ensino.

O ensino da Economia foi, durante quase um século, exclusivo desta Universidade. Iniciado em 1836, foi, até ao último quartel do século XIX, marcado pelo magistério de Adrião Forjaz de Sampaio ao qual sucedeu outro considerado vulto, José Frederico Laranjo.

E depois vem Marnoco e Sousa que, além de distinto professor, foi um não menos notável Presidente da Câmara desta cidade, onde ficou bem assinalada a sua obra. Um século depois de Adrião Sampaio, Teixeira Ribeiro, com uma obra notabilíssima, renovou o ensino da Economia. Este ensino prossegue, é óbvio justificadamente, na Faculdade de Direito, a par do ensino mais específico na Faculdade de Economia.

Magnífico Reitor, tudo continuarei a fazer para ser digno da honra que ireis conferir-me. Saudando esta Universidade, tão dedicada ao saber, presto homenagem a toda a Universidade Portuguesa, porque a Universidade de Coimbra é de facto a “alma mater” de toda a Universidade Portuguesa. A primeira até na renovação da ciência que professo, a Economia.

Renovo os meus agradecimentos ao Magnífico Reitor, ao Senado Universitário e também, muito em especial, à Faculdade de Economia desta Universidade.

João Sousa Andrade

Magnífico Reitor

Exmas. Autoridades

Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Economia

Caros Colegas e Estudantes

Senhoras e Senhores

A reunião na Biblioteca Joanina, local de privilégio do mundo universitário, para nos dirigirmos para esta Sala dos Actos, honra de forma ímpar esta nossa tradição multissecular de reconhecimento da sabedoria.

Ao fim de setecentos anos, o mérito individual dos doutorados e a história da Universidade de Coimbra deixaram marcas nesta cerimónia,

que constitui uma das manifestações da Alma Mater Conimbrigensis. Este acto toca sempre, de forma profunda, os que nele participam, ou simplesmente assistem.

A nossa presença nesta sala é um gesto de demonstração de como, colectivamente, nos sentimos satisfeitos, e felizes, por alguém que ao distinguir-se na ciência e no seu fecundo uso, venha solicitar à Universidade de Coimbra que o receba entre os seus Doutores. E como não devemos sentirmo-nos honrados quando tal pedido é feito pelo Doutor Manuel Jacinto Nunes.

A tradição diz-nos que no pedido das insígnias doutorais “O que orar em primeiro lugar, relatará mais largamente os louvores e merecimentos do Doutorando”. O seu contributo ao saber, o seu espírito de missão, ao serviço do País e da Universidade, para além das responsabilidades assumidas, de forma quase ininterrupta, em instituições nacionais e internacionais, fizeram de Jacinto Nunes um economista que honra a Universidade de Coimbra pela colaboração que desde sempre lhe prestou. Tem mantido ao longo da sua vida uma relação muito estreita entre a sua carreira académica e o exercício de cargos públicos. A profundidade, a largueza e a dimensão da sua obra tornam difícil a tarefa da sua apologia. A adjectivação pode tornar-se penosa, sobretudo para quem é economista e professa um espírito de síntese como Jacinto Nunes. De muito não poderei falar.

Nasce em 1926. Licencia-se em 1948 no ISCEF, onde vai continuar como Assistente. Foi protagonista activo da reforma curricular de 1949, promovida por António Manuel Pinto Barbosa, que foi classificada como “um decisivo contributo para o avanço dos estudos económicos em Portugal”. Muito estava então por fazer, e Jacinto Nunes também lança mãos à obra. Os objectivos pedagógicos têm a primazia. No estudo de 1950, Rendimento Nacional, que um colega designou pelo seu “baptismo académico”, a sua preocupação são os agregados macroeconómicos e a sua formação. A primeira lição estava dada: não poderíamos ter política macroeconómica em Portugal sem medições do rendimento nacional. Os seus primeiros textos sensibilizam para a importância de elementos





de natureza quantitativa que permitam estudos empíricos sobre a economia portuguesa, nos quais se deve fundamentar a política económica (1953). Ao mesmo tempo estuda a procura global no sentido keynesiano (1953) e com Francisco Pereira de Moura a procura individual (1954). Ainda com Pereira de Moura e com Luís Teixeira Pinto apresenta o estudo pioneiro e ainda actual, pela sua metodologia, *Estrutura da Economia Portuguesa* (1954). O estudo foi dividido em três partes, agricultura, indústria e comércio externo, porque do comércio externo depende o ritmo e a forma da industrialização. Opinião que vem a ser desenvolvida nos anos 70 e 80 na literatura do export-led growth. Provou neste estudo descritivo como a teoria e os elementos estatísticos são indissociáveis. Os estudos que se seguem (1955; 1956) constituem uma orientação precisa para o tema da sua Tese de Doutoramento (*Rendimento Nacional e Equilíbrio Orçamental*, 1956), que defenderá em 1957, obtendo a classificação de 19 valores. Onde o tema central é a resposta à pergunta: de acordo com a teoria keynesiana será possível manter o equilíbrio orçamental fazendo uma política expansionista? A tendência Keynesiana que valoriza a política orçamental vai encontrar neste académico, também ligado às questões monetárias, um expoente de competência deste lado do Atlântico. É assim, que depois de ser responsável no ISCEF pela docência de matérias de crescimento económico, vai apresentar a sua dissertação para professor extraordinário na área das finanças públicas e crescimento, dando desta forma o seu contributo ao alargamento temporal da análise keynesiana e pondo a teoria ao serviço do que eram as necessidades dos países que desejavam organizar o seu crescimento mais rapidamente (1961). A sua actividade até 1963, ano em que é aprovado em concurso para Professor Catedrático, centra-se na política orçamental.

Da publicação do estudo *Rendimento Nacional* (em 1950) ao estudo a publicar em homenagem a Teixeira Ribeiro (amigo, que no espaço privilegiado da memória e da história desta Sala de Actos se sente uma duradoura herança e não uma irremediável ausência), contam-se 82 publicações. Procurarei dar conta da sua obra, pós

doutoramento, referindo-me apenas a alguns temas que me parecem recorrentes. Mas antes falarei da sua carreira profissional.

Obtém a licenciatura, e de imediato, como técnico do Ministério da Economia, até 1951, teve a seu cargo negociações que marcaram o mundo do Séc. XX: Plano Marshall; desarmamento aduaneiro; adesão à Carta de Havana; e ainda vários acordos bilaterais.

De 1955 a 1959 é Subsecretário de Estado do Tesouro, tendo suspenso funções para arguir a sua tese de doutoramento. De 1959 a 1965 representa Portugal no Comité de Política Económica da OECE. Participa nas negociações para a nossa adesão ao FMI. Negoceia o primeiro empréstimo externo do pós Guerra (1961) e preside à Comissão que negoceia o financiamento da Ponte sobre o Tejo (1961-2). Mais tarde, 1972-3, preside também à Comissão que negoceia o financiamento de Cabora Bassa. Foi Vogal do Conselho Ultramarino durante 15 anos, Procurador à Câmara Corporativa durante 13 anos, Vogal do Conselho Superior de Fomento Administrativo durante 8 anos, e foi Presidente do Conselho Nacional de Preços e Rendimentos em 1976 e 1977. Preside de 1976 a 1980 ao Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Em 1960 é nomeado Vice-governador do Banco de Portugal. Funções que exerceu até Julho de 1974. Em 1964 e 1965 exerceu as funções de governador interino. De Julho de 1974 a Maio de 1975 foi Governador do Banco de Portugal. Voltaria de novo a ser Governador do Banco de 1980 a 1985. Foi Governador por parte de Portugal no FMI de 1960 a 1975 e de 1980 a 1985, 21 anos, e no Banco Mundial de 1978 a 1979.

Foi Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e a Integração Europeia e Ministro das Finanças e do Plano no IV Governo Constitucional em 1978 e 1979.

Foi co-autor com o Eng^o Nobre da Costa do projecto da Siderurgia Nacional em 1955. Presidente da Câmara de Comércio Luso-Britânica de 1974 a 1983, Presidente do Conselho de Administração da Alcântara de 1985 a 1991. Presidente da Fiseco de 1989 a 1992, e mantém as suas actividades de Vogal da Comissão Revisora de Contas da FCG,

desde 1979, de Presidente da Assembleia Geral do Montepio Geral, desde 1986, Presidente do Conselho Directivo da FLAD, desde 1988 e ainda Vogal do Conselho Editorial da FCG, desde 1995.

Foi director do ISCEF entre 1968 e 1970. E a reforma para a qual ele havia contribuído continuará a interessá-lo (1965). Desde 1971 foram múltiplas as tarefas que lhe foram confiadas no domínio do ensino superior. Foi também Professor do IST e do Instituto de Altos Estudos Militares.

Desempenhou um importante papel na génese da Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, sendo consultor principal desta colecção.

Jacinto Nunes levou a economia, e na forma da mais elevada competência, à Academia das Ciências de Lisboa, da qual é sócio efectivo, tendo sido seu Presidente durante 6 anos e Presidente da sua Classe de Letras durante 11 anos.

Foi agraciado, em Espanha, em França, em Inglaterra, duas vezes no Brasil e várias vezes em Portugal, de onde apenas refiro a condecoração de Grande Oficial da Ordem de Cristo e a Grã-Cruz da Ordem do Infante.

Como sugeri acima, da sua obra reterei apenas o seu interesse pelo desenvolvimento económico, pensamento keynesiano e metodologia económica. Jacinto Nunes é o inverso de um autor dogmático, não esconde as suas preferências, não como um acto de fé, mas antes um acto de espírito racionalista.

O seu entusiasmo pelo desenvolvimento começa cedo, em 1961, nas suas provas para Professor Extraordinário. Nesse trabalho propõe um modelo de crescimento à Harrod-Domar com a presença do Sector Público. A política orçamental tem assim uma componente de crescimento para além da de estabilização conjuntural. O seu interesse pelo desenvolvimento irá continuar e reflecte o que pensa serem os deveres da economia e a sua sensibilidade à situação portuguesa. Quanto aos primeiros pergunta Jacinto Nunes, que tem a economia a dizer dos problemas que defrontamos, das misérias e dos sucessos? Não esquecendo que os aspectos culturais, históricos, institucionais e políticos devem fazer parte da reflexão do economista.

Aliás, a sua afirmação feita há 30 anos, de que “os economistas que só sabem economia, são uns pobres economistas” não é reveladora? A economia deve fazer parte da nossa luta contra a pobreza e a ignorância e ajudar-nos no uso das liberdades civis e políticas e numa distribuição mais equitativa da riqueza. Não tendo o economista o direito de ignorar que o “triunfo da razão sobre a tradição e os sentimentos, podem ter efeitos altamente negativos”. Várias vezes alertou para o reconhecimento das diferenças de comportamento civilizacionais.

Procura fazer justiça a essa personalidade tão marcante da política norte-americana e mundial que foi MacNamara. Infelizmente, apesar de serem vários os decênios do desenvolvimento, o problema tendeu a gerar confrontos de natureza política que dificultaram o diálogo – já há algum tempo designado de diálogo norte-sul –. Em 1985, vinte anos depois da conferência junto dos estudantes da Associação Académica do ISCEF e 30 anos depois da Conferência de Bandung, vem lembrar-nos os antecedentes do que se passou a designar por Nova Ordem Económica Internacional. Que foi feito dos 10 princípios ali acordados? O tema dos Encontros Internacionais de Genebra de 1963 foi “Diálogo ou Violência”. Este tema impressiona-nos particularmente hoje. Mas ainda que momentaneamente o som das bombas e das metralhadoras abafe o desejo de diálogo, mais cedo ou mais tarde ele regressará e nessa altura os egoísmos e os recalamentos terão de ser vencidos e conquistada a Paz. Como nos lembra, um dos obstáculos que apontava Perroux era a nossa “incapacidade de imaginar um futuro colectivo diferente do passado recente”. Por um lado, o olhar reflectido sobre o passado, uma cultura invulgar e uma capacidade de permanente adaptação dos seus profundos conhecimentos de economia, a um mundo em permanente mutação e, por outro, o aperfeiçoamento das metodologias próprias do economista, são atributos que nos levam a ler Jacinto Nunes com a vontade de quem não quer que termine aquilo que nos conta.

É certo que o desenvolvimento sempre esteve nas suas preferências. E por isso sabe que o crescimento é um fenómeno lento, mas se pararmos mais lento se torna, maiores serão





as desigualdades e os justos descontentes em maior número. A propriedade que não ganham as suas palavras escritas há quase 20 anos, “será possível manter em convivência pacífica biliões de homens mal alimentados, mal agasalhados, sem qualquer conforto que pode proporcionar a civilização moderna, face a algumas centenas de milhões de homens, bem nutridos, que quase não sentem as variações de temperaturas sazonais, que fazem férias nos seus países ou no estrangeiro, vão a exposições, teatros e cinemas?” Mas apesar de alguns progressos a que levou o Relatório Brandt, materializando uma ideia, ainda, de MacNamara, as diferentes Assembleias das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento têm vindo a marcar passo. Talvez porque um problema premente surgiu entretanto, o da dívida. Se os seus textos sobre o desenvolvimento são uma pleia pela paz e pelo progresso, os seus textos sobre o problema da dívida são uma defesa da responsabilidade e de não aceitação do folclore terceiro-mundista dos que vivem abastadamente nos países desenvolvidos. E cito a passagem, “Os políticos no poder serviram-se das facilidades de crédito obtidas para dar aos seus povos a ilusão de que as suas políticas lhes estavam a proporcionar melhores níveis de vida.... Cabe agora aos políticos desses países, que foram tão hábeis em espalhar bem-estar, arrostar com as dificuldades de explicar aos seus governados que têm de contar em primeiro lugar com o seu esforço, o seu trabalho. Não podem esses políticos continuar a manipular os povos, explorando o seu nacionalismo”. E eu ousou acrescentar, como é agradável ser solidário com o dinheiro dos outros. Como é inocente a ignorância de académicos que desconhecem o significado de risco moral. A sua análise do Plano Baker, que se dirigia fundamentalmente ao problema da dívida, é de uma clareza crítica espantosa, e o prognóstico teria de ser correcto: acabou por ter um lugar nos “arquivos das efemérides”. Melhores resultados teve de facto o Plano Brady. Mas a falta de solidariedade dos abastados e das suas instituições internacionais, porque afinal são suas, continua a ser a sua preocupação.

Por várias vezes, para Portugal e para o mundo sub-desenvolvido chama a atenção

para o problema da absorção de elevados fundos financeiros. Trata-se da existência de recursos humanos, ou de outra natureza, que são escassos e de capacidades institucionais. A primeira vez que o diz é em 1970. Esta ideia de social capability aparece também em Kasushi Ohkawa e Henry Rosovsky em 1973 e posteriormente em Abramovitz (1986 e 1993), a quem se atribui a formulação.

Em alguns dos seus textos dramatiza a situação da pobreza mundial. Lembremos que o World Development Report teve os seguintes títulos, em 1990, Pobreza, em 2001 Combate à Pobreza e o de 2002 Construindo Instituições Para os Mercados.

Chama-nos à atenção que um dos princípios que presidiu à Revolução Verde, iniciada em 1966-67, era o do desenvolvimento e investigação local de sementes agrícolas. Infelizmente essa alteração não se verificou, o controlo desses países sobre a sua produção é reduzido.

Preocupa-se com a necessidade das profundas transformações culturais e políticas exigidas pelo crescimento. E encarava frontalmente, em 1970, as questões demográficas e de controlo da natalidade.

No que respeita à ajuda externa ficamos impressionados com os seus comentários. Na Carta de Argel (1967), assim como em outras reuniões sobre desenvolvimento, referia-se que a percentagem de ajuda pudesse atingir 1% do PNB dos países desenvolvidos até final dos 60. Embora as Nações Unidas apontassem 1972 e o Relatório Pearson (1969) apenas 1975. O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE sancionava também 1%. Em 1988 apenas a Arábia Saudita e a Noruega atingiam valores superiores a 1% e a média dos países daquele Comité não chegava aos 0,4%. E pior, como já alertava, a ajuda era distribuída de acordo com os interesses estratégicos dosadores e sendo parte dela ligada acabava por implicar importações mais onerosas e projectos que dificilmente seriam os mais prioritários.

Jacinto Nunes foi um dos participantes activos na nossa política de desenvolvimento que será materializada nos Planos de Fomento. Em 1985 falará da nossa história económica,

juntando dois autores como referência para a sua análise: Smith e Antero de Quental. Falamos do regime anterior à Revolução, “simbiose de capitalismo monopolóide com um capitalismo de Estado”. Onde “umas tintas da doutrina social da Igreja prestaram serviços assinaláveis aos consumidores em geral”. Uma agricultura tratada à moda fisiocrata, enaltecendo-se o ruralismo, e onde o peso político dos agricultores não tinha correspondência com o seu peso económico. O que os levou a irem vivendo sem preocupações com a produtividade. Elogia Duarte Pacheco e Ezequiel de Campos, que terá pregado no deserto, e chama-nos a atenção para o esquecimento a que foi votado Ferreira Dias. O crescimento industrial fez-se, mas “à sombra de duas árvores ruins: a protecção aduaneira e o condicionamento industrial”. Já aliás, em 1968, ao referir-se ao “«processo» do condicionamento industrial”, que afirmava não estar fechado, dizia claramente que os seus efeitos eram negativos, e que “tem sido fonte de entraves, de baixa produtividade e fraco desenvolvimento de muitos sectores e fonte de posições privilegiadas que oneram a nossa economia”. É claro no artigo de 1985 uma certa amargura com o nosso rumo. Em praticamente todos os seus escritos nunca é pessimista. Mas que há revolta há. Sobre o que foi feito na educação não pode ser mais claro, “Um país atrasado economicamente que elimina o ensino técnico deve ter sido enlouquecido pelos Deuses”. No entanto, desde a última década, não há economista do crescimento económico que não valorize o ensino secundário técnico. Mas somos lentos. Acrescento eu: deixámos o comboio descarrilar em Vila Franca e esperamos que modernizando a estação de Santarém ele volte aos carris. Falando do interesse individual, eleito princípio de comportamento, diz-nos “Uma coisa que se chama interesse nacional é algo vago”. Permita-me dizer-lhe que não estou muito de acordo, o espírito de acção e serviço público passou a ter uma medida objectiva e “mede-se e pesa-se”. São muitos os que estarão com Jacinto Nunes quando diz que as causas do atraso económico e cultural do país “não são propriamente económicas, mas culturais e sociais”. A revolução deve começar todos os dias em cada um de nós, “desperdiçando o

dia de hoje nunca mais o «reganhamos»”. Escreverá mais tarde “que temos de ser optimistas: para as lágrimas há sempre tempo”.

Jacinto Nunes nutre uma verdadeira paixão pela obra de Keynes. Mas, como já disse, a sua atitude está nos antípodas dos actos de fé, sendo antes um acto de espírito racionalista. O pensamento de Keynes é importante para todos “aqueles que consideram o conhecimento não como algo definitivo e acabado, mas sim busca incessante, renovar contínuo de pesquisa e de reinterpretação da realidade” (1977). Este génio da economia faleceu em 1946. Foi o seu primeiro falecimento. Voltaria a falecer, por vontade dos seus críticos, na primeira metade dos anos 60 e ainda na viragem dos 70 para os 80. Voltando a Keynes em 1993 lembra-nos que a famosa conferência de Lucas, no final dos setenta, “A Morte de Keynes”, gerou reacções que reavivaram a modernidade de Keynes. Pode o indivíduo representativo, pela optimização do seu comportamento substituir a macroeconomia? Os novi-clássicos defendem esta tese. Como lembra Jacinto Nunes “o problema tem a sua origem na hipótese de base da microeconomia – o equilíbrio geral”. Devemos a Clower (1965) a reinterpretação de Keynes em termos de grandezas virtuais e efectivas. Negar a macroeconomia é cair no campo exclusivo das grandezas virtuais, e a economia pela descentralização das decisões dos seus agentes baseadas na circulação de informação não gratuita e não instantânea sai das grandezas virtuais. Será como keynesiano que em 1988 lembrará que não é a citação de S. Paulo, feita pela Sra. Thatcher, “O que não trabalha não comerá”, que deve monopolizar a nossa atenção, porque isso não responde ao problema “e aquele que quer trabalhar e não encontra emprego?”.

A política de enquadramento do crédito, seguida entre nós durante mais de uma década, também encontra a sua justificação teórica em autores pós-keynesianos, como o expõe em 1989.

É em 1998 que publica o livro, O Pensamento de Keynes, que é uma obra de nível avançado, onde à paixão pelo keynesianismo alia a paixão pela metodologia. A metodologia mais comum ao economista é o positivismo. A





análise de Keynes, do Tratado das Probabilidades, é um reforço na sua convicção de pluralismo metodológico. Ao terminar o seu Prefácio, que afinal foi lido, afirma que sendo o fim da metodologia o de promover a compreensão e a análise crítica, ela implica “um certo grau de pluralismo”, indo assim na esteira de Caldwell. O conceito de incerteza e risco são discutidos. A reintrodução do problema moral na economia, por Keynes, e a sua reavaliação, levam a não aceitar a pretensa neutralidade ética dos economistas. O relacionamento da lógica observacional com a conceptual, e a pretensa independência da primeira face à segunda são consideradas. Não foi Keynes que revolucionou a nossa forma de ver e medir, insisto, medir o que se vê? Então é inegável, mesmo para os economistas mais distraídos, que as duas lógicas são siamesas. Aliás, no início de carreira não foi essa uma das suas preocupações, incentivar o uso de medidas para analisar e fazer políticas? O debate atomismo-organicismo é profundamente discutido. A frase que escolhe (de Rotheim) para terminar a sua exposição é esclarecedora, Keynes restaurou “o papel do indivíduo-decisor num universo interdependente, temporal e orgânico.” Ainda no que respeita à incerteza, é interessante ver como a questão da ergodicidade se impõe nos tempos correntes na própria econometria. O que o leva a afirmar como os pressupostos da crítica de Lucas se encontravam em Keynes, mas tratados de forma radicalmente diferente, o indivíduo não só não sabe o que vai acontecer como está consciente que não sabe o que vai acontecer. Lembra-nos que é difícil perceber os conceitos de Keynes de política económica sem aceitar a “objectividade da bondade ética que defendia”. Quando levanta a questão se Keynes é neoplatonista ou aristotélico, é interessante lembrarmo-nos do How to Pay for the War. A adopção da razoabilidade é a sua proposta aos sindicatos para que a acção da razão não lhes destrua salários e poupança.

Quiseram os acasos da nossa política que a estabilização iniciada em 1977 não tivesse a continuidade desejada e chegamos a 1983 com uma situação financeira mais grave do que a de 1977. Tenho para mim que a premunicação não é coisa boa. Não porque

retire o prazer, o gosto do inesperado, do espontâneo, mas porque nos fala dos nossos pecados. Em Outubro de 1985 escrevia Jacinto Nunes “o problema subsiste, tende a agravar-se e, mais tarde ou mais cedo, voltará ao primeiro plano das preocupações dos governantes”. Referia-se ao défice orçamental. Quase 20 anos depois aqui temos de novo o problema. Que sendo económico, também é cultural. A civilização em que vivemos, em Portugal, não valoriza a parcimónia no uso do dinheiro dos contribuintes. Em nenhum manual de macroeconomia vemos a ilustração, como racional, do nosso comportamento orçamental, irresponsavelmente pró-cíclico. Pelo nosso comportamento damos razão a Hayek contra Keynes. O primeiro pode dizer: “Eu não falava da irresponsabilidade dos políticos? Qual inteligência e consciência de serviço público? Patranhas Keynesianas!”

Protestava Jacinto Nunes com o facto de o défice ser identificado com “instabilidade e com a indisciplina, a anarquia, o mau uso dos dinheiros públicos”. Acreditam os cristãos que Lucifer se delicia com o pecado. Temem os economistas não clássicos, sejam velhos ou novos, que a ortodoxia orçamental se banqueteie com a irresponsabilidade e a anarquia na política orçamental. Por outro lado, os apertos em períodos recessivos geram a ansiedade para gastos mais folgados e vindo a retoma, é difícil sustentar o acréscimo das despesas públicas. E lá voltamos ao mesmo... Mas não eram apenas os défices elevados que o preocupavam, é que “por óbvias razões políticas, o défice orçamental é sempre minimizado”, pelo que na parte final do ano temos “sempre um orçamento suplementar que vem corrigir as estimativas inicialmente feitas”, “há sempre «buracos a tapar»”; e também “o resultado a posteriori da gerência orçamental é sempre muito superior à previsão orçamental”.

Jacinto Nunes defendeu e apoiou, académica e profissionalmente, a nossa integração europeia, parte integrante do nosso processo de desenvolvimento. É no presente e no futuro que devemos reconhecer o mérito dos que, mais que outros, permitiram que ele fosse construído. Como aliás, o fez ao falar de Vítor Constâncio como um dos obreiros do nosso processo de integração. Que mais poderão ter em comum? Lembrando o papel

de Governadores do Banco de Portugal, poderíamos citar Jacinto Nunes dizendo que têm “a dignidade de um arcebispo, o sorriso de uma estrela de cinema e a pele de um elefante”. Em 1980, Jacinto Nunes na sua tomada de posse como Governador do Banco de Portugal, pela segunda vez, falava em independência do Banco com espírito de colaboração para com o Governo e Vitor Constâncio em 1985, ao suceder a Jacinto Nunes, fala em competência e um certo grau de independência. A transição de um Banco, cuja independência apenas dependia da personalidade do seu Governador, para um Banco Central institucionalmente independente foi feita sem sobressaltos. À excepção da proibição do uso dos descobertos por parte do Governo, de que a população ficou informada, apenas os académicos e os intervenientes nos mercados financeiros se deram conta da profunda diferença institucional que se verificou. Tratou-se de facto de uma verdadeira revolução pacífica.

A lição de jubileu, no ISEG, em 1996, marca uma nova fase na sua carreira: o da investigação das metodologias científicas na sua aplicação à economia. Este seu estudo e o que brevemente será publicado nos Estudos em Homenagem a Teixeira Ribeiro são fundamentais aos economistas. Como se constrói o conhecimento económico? Nos anos 50, Milton Friedman procurou apresentar aos economistas o que afinal correspondia aos critérios que em geral seguiam nas suas análises, o instrumentalismo. Em 80 foi a vez de Blaug, um popperiano. Mas o interesse pela metodologia ficou sempre bastante arredado dos interesses dos economistas e a obra do primeiro foi mais marcante que a do segundo. Foi Jacinto Nunes quem trouxe para Portugal a importância desta matéria. Existe uma lacuna óbvia entre os estudos de metodologia económica e a prática dos economistas. Como podem os economistas alhearem-se dos alicerces das suas próprias construções? O seu estudo, de 2000, sobre as práticas ultra-dedutivistas e ultra-empiristas, em economia, não pode ser ignorado pelos que fazem investigação em economia. Mas de facto, os economistas não prestam muita atenção às questões metodológicas. E não se vê razão para tal: não foi a economia que

levou o próprio Popper a avançar com a análise situacionista, que seria assim a excepção ao seu princípio de demarcação?

Atribui bastante importância ao problema da comunicação em economia. A comunicação com o público; dos economistas académicos com os profissionais; entre economistas académicos; e entre metodologistas da economia e economistas. Embora a coloque no fim, as relações metodologistas-economistas são essenciais para um diálogo entre todos. Terá sido na econometria o trabalho metodológico mais sucedido. E citando Meyer, para quem muito do trabalho econométrico é “como guiar um Mercedes atrás de um carro de bois”, sentimos as dificuldades do diálogo, para além da natureza “altamente prescritiva e conseqüentemente fundacionista” desta disciplina.

No seu texto de 1996, entre Blaug e Caldwell as suas preferências vão para o último. Caldwell propôs um pluralismo metodológico, que nada deve à ideia do “tudo à molhada”. As suas preferências vão afinal para a aceitação de um pluralismo metodológico. “O facciosismo e a intolerância na economia e principalmente na metodologia não são aconselháveis, até porque muitas vezes conduzem à persistência do erro. E o progresso científico consiste precisamente na correcção progressiva dos erros”. Posição esta, que é reforçada no estudo de 2002.

Tenho perfeita consciência que a obra académica e profissional de Jacinto Nunes e o relato do seu espírito de cidadania, não couberam neste simples elogio. Quando lemos os seus textos, o ego do economista aumenta, perigosamente, porque podemos cair naquilo que designou por complexo de superioridade da economia – que afinal já existia em Horta Osório, a quem mais de uma vez prestou homenagem como vulto maior da nossa história do pensamento económico. Richard Feynman disse uma vez, com a frontalidade que o caracterizava, que lamentava todos os que não sabiam matemática porque essa falha impedia-os de apreciar devidamente a beleza da natureza. O complexo de superioridade, que acima referi, levar-nos-á quase inevitavelmente a lamentar os que não sabem economia porque não poderão apreciar a beleza, mas também





as misérias, da sociedade em que vivemos. É característica dos grandes homens o optimismo na capacidade colectiva de imaginar soluções para os nossos problemas, por mais graves que estes sejam. Assim acontece com Jacinto Nunes. A sua frase como Vice-primeiro-ministro, em 1978, é um retrato do homem “Não seremos vencidos se não perdermos a vontade de vencer”.

Jacinto Nunes desempenhou também um importante papel nas relações das nossas instituições com a comunidade financeira internacional, sobretudo pública, mas também privada, em toda a segunda metade do Século XX. Em poucos textos nos fala desse seu relacionamento. A sua presença em negociações com o Fundo Monetário Internacional, ou o Banco Mundial, foi sempre um sinal de credibilidade de que o país muito beneficiou. A sua influência no BIS (Banco de Pagamentos Internacionais) quantas vezes nos aliviou de problemas de liquidez? Trata-se pois de alguém a quem o país muito deve e que orgulha a modesta condição de académico. A melhor forma de lhe mostrar o nosso reconhecimento é não esquecermos a nossa história económica e financeira, e falarmos dos seus intervenientes aos nossos jovens, porque a história, embora por vezes não pareça, faz-se com homens.

Solicito-vos, Magnífico Reitor, que vos digneis conceder a Manuel Jacinto Nunes as insígnias do grau de Doutor pela Faculdade de Economia.

Maria Manuel de Lemos Leitão Marques

Magnífico Reitor

Ilustres Autoridades Académicas, Cívicas e Militares

Senhores Professores e Assistentes

Senhores Investigadores

Senhores Estudantes

Senhores Funcionários

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Manuel Jacinto Nunes vai dentro em pouco pedir ao Magnífico Reitor a imposição da láurea doutoral pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Apresenta-o e afiança-o no seu pedido Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Os pontos de contacto entre o percurso profissional de ambos justificam por si só e tornam quase natural a relação que hoje aqui se estabelece. Estudaram e foram alunos brilhantes da mesma escola superior – o ISCEF, actual ISEG, de Lisboa –, onde começaram a dar aulas; ambos dirigiram o Ministério das Finanças; e por mais do que uma vez um e outro governaram o Banco de Portugal; os dois passaram ainda pela banca comercial.

Manuel Jacinto Nunes, cuja obra hoje homenageamos nesta cerimónia, tem sido um académico em todas as dimensões. É autor de numerosas publicações, em livros, artigos científicos e comunicações, dispersas por temáticas económicas que vão desde as questões do desenvolvimento e da política orçamental e monetária, às teorias e pensamento keynesiano, passando pela integração e pela construção da União Europeia e, mais recentemente, pelas questões metodológicas. O Académico foi também divulgador, dirigindo a colecção “Estudos de Economia Moderna” e “História do Pensamento Económico Português”. Professor em várias Escolas da Universidade Técnica de Lisboa, sem esquecer a sua, de que foi Director, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa e membro da American Economic Association, Jacinto Nunes dirigiu ou colaborou ainda em vários organismos de avaliação do ensino superior.

A sua carreira profissional é ainda mais plurifacetada. Para além de outros importantes cargos públicos ou privados, foi Subsecretário de Estado do Tesouro, em 1955, Procurador à Câmara Corporativa, em 1962, Presidente da Caixa Geral de Depósitos, em 1976, Ministro das Finanças e do Plano, em 1978, e por três vezes Governador do Banco de Portugal.

Numa delas, precisamente em 1975, levou consigo Vítor Constâncio para Director do Departamento de Estatística e de Estudos Económicos.

Vítor Constâncio, que hoje aqui o apresenta, tinha então deixado o Governo, onde foi Secretário de Estado do Planeamento, nos dois primeiros Governos Provisórios. Tal como outros, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 não conseguiu permanecer em Bristol,

no Reino Unido, onde preparava o seu doutoramento, tendo regressado a Portugal. Antes, tinha sido Assistente do ISEG e trabalhado no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

E depois? Depois foi muita coisa: Ministro, negociador com o FMI, Governador do banco central, Director de um banco comercial, Deputado, Secretário Geral do Partido Socialista, Comissário de um grande evento cultural, Membro do Conselho de Estado e quase sempre Professor.

Sem menosprezar nenhum dos cargos que ocupou, em si mesmos tão reveladores das suas aptidões e capacidades, detenho-me em especial em alguns dos seus percursos, em certos desempenhos, pedaços de textos ou intervenções que o tempo não apagou, por vezes valorizou, nem sempre veio a confirmar, mas quase sempre mostrou serem dotados de uma enorme preocupação de rigor e coerência. São eles que conferem ao seu discurso um tom cauteloso, às vezes excessivamente preocupado, que sem perder o optimismo, nunca regateia o devido realce às dificuldades.

Tantas vezes obrigado a reflectir e gerir processos de mudança – de antes para depois de Abril, de fora para dentro da Comunidade Europeia, de um sistema bancário nacionalizado para a sua liberalização, das nacionalizações para as privatizações, na revisão Constitucional de 1989, da economia planificada para a economia de mercado, na Europa de Leste, do escudo para o euro – por feito e necessidade, Vítor Constâncio ancorou solidamente a sua intervenção no conhecimento crítico que dispunha ou tratou de obter para o efeito.

Em 1978, como Ministro das Finanças, negociou o Primeiro Programa de Estabilização com o FMI, que lhe coube também implementar. Portugal enfrentava então os problemas decorrentes da crise do petróleo do início dos anos setenta, da perda dos mercados privilegiados das antigas colónias, do regresso dos portugueses aí residentes, do considerável aumento dos salários que se seguiu à Revolução de Abril e de outras alterações na organização da actividade económica. A forma como desempenhou essa tarefa em condições

políticas adversas, concerteza com ajuda de outros e mesmo de todos nós, ficou no registo do FMI como um caso de sucesso, usado para comparações futuras. Um dos aspectos mais salientados foi, como o FMI reconheceu, o facto de “o ajustamento externo ter sido obtido, mantendo uma taxa de crescimento da economia acima da média ponderada da dos principais parceiros comerciais”.

A seguir, tratou da mudança para a Europa, presidindo, em 1979, à Comissão para a integração europeia. Não se tratava apenas de negociar, mas também de preparar as pessoas e as empresas para um novo ambiente de riscos e oportunidades.

A esse propósito, alertou os seus pares, em 1984, na Associação Portuguesa dos Economistas, para o carácter precário e falível das previsões sobre os efeitos económicos da integração. Lembrou e mostrou como “em poucas áreas da economia se têm verificado tantos erros de previsão e tantas divergências entre economistas, sem que isso tenha a ver, muitas vezes, com as escolas de pensamento a que pertencem”. A integração, referiu, “é um fenómeno que envolve demasiados factores, muitos deles extra-económicos”. Distanciou-se das análises estáticas que traçavam cenários negros sobre os efeitos da adesão, pelo facto de ignorarem os elementos dinâmicos. E criticou a análise das vantagens comparativas reveladas, que não realçava a importância do upgrade das exportações (cujo padrão, aliás, não devia ser congelado), particularmente de têxteis e de vestuário, upgrade necessário também à sua competitividade interna, considerando o desaparecimento das barreiras alfandegárias. O que se passou de então para cá mostrou que tinha razão, mesmo que as oportunidades que tão claramente identificou nem sempre tenham sido devidamente aproveitadas.

Vítor Constâncio pode ter então sobrevalorizado o peso das regras sobre o dos hábitos políticos e das práticas dos agentes económicos, que muito mais tarde ele tanto valorizaria, quando teve de ocupar-se das transições na Europa de leste, ao serviço do Banco Mundial.

Por exemplo, ao identificar como consequência possível da integração uma alteração significativa e profunda nos sistemas de





protecção existentes em Portugal, com impacto na política de subsídios e incentivos ao investimento, por efeito da política comunitária da concorrência, talvez tenha exprimido, mais do que uma previsão, um "wishful thinking", que a realidade deixou aquém do desejável, sem os ganhos que daí poderiam decorrer em termos de produtividade e racionalização das estruturas produtivas.

E se nos seus primeiros discursos sobre a integração Vítor Constâncio não atribuiu suficiente destaque à oportunidade que os fundos comunitários nos ofereciam para reforçarmos o investimento na formação e qualificação de recursos humanos, no âmbito do necessário planeamento estratégico de promoção nacional para um projecto com futuro, mais tarde, já como deputado à Assembleia de República, Vítor Constâncio reconheceu que era "indispensável uma nova concepção do desenvolvimento e da modernização baseada na valorização dos recursos humanos e dos recursos da inteligência, o que supunha novas políticas para a educação e formação profissional"

Quando em 1985 assumiu pela primeira vez o cargo de Governador do Banco de Portugal, acabávamos de cumprir o segundo Programa de Estabilização com o FMI e o panorama era de novo complicado, com uma taxa de crescimento negativo e a inflação a quase 30%. Particularmente difícil era a situação do sistema bancário. No seu discurso do tomada de posse, Vítor Constâncio comprometeu-se com a sua reestruturação, a par das reformas necessárias dos mercados monetário e cambial. De novo, competia-lhe gerir uma profunda mudança. Praticamente, iniciava-se a liberalização financeira, na perspectiva de adesão à CEE. Protegido da iniciativa privada, pela lei de delimitação dos sectores de 1977, e da privatização, pelo princípio da irreversibilidade das nacionalizações, contido na Constituição da República de 1976, o acesso ao sector financeiro tinha sido objecto de uma relativa liberalização, em virtude revisão da lei de delimitação dos sectores, em 1983. A Banca privada deu então os seus primeiros passos e a inovação financeira veio a caracterizar o período que se seguiu, traduzida na "criação dos Bilhetes do Tesouro, na reanimação da Bolsa e no surgimento de novas instituições especializadas". Em 1988,

Vítor Constâncio previa a existência de condições de viabilidade das instituições de crédito portuguesas, no contexto de maior abertura exterior, apesar das reformas que era preciso ainda realizar. Foi neste período que se prepararam, provavelmente, algumas das condições que hoje nos permitem usufruir de um sistema bancário rentável, moderno, capitalizado, seja qual for o critério de comparação utilizado.

Em várias intervenções, particularmente na Associação Portuguesa de Bancos, no final da década de oitenta e na década de noventa, Vítor Constâncio alertou para as mudanças esperadas decorrentes da eliminação dos limites de crédito, como o aumento da concorrência pelos depósitos e pelos clientes, nomeadamente, em virtude da redução das margens de intermediação, ou seja, da diferença entre as taxas pagas pelos depósitos a prazo e as cobradas no crédito concedido.

Este efeito tornou-se particularmente visível a partir da segunda metade da década de noventa. Deixámos então de procurar um banco para sermos por ele procurados, de esperar pelo empréstimo para o obter "just in time". A liberalização do sistema financeiro, a descida das taxas de juro e da inflação, o aumento do rendimento das famílias, a modernização do aparelho comercial, a diminuição do desemprego e um ambiente de expectativas favoráveis fizeram expandir o crédito ao consumo, tornando rapidamente devedores diferentes classes e extractos sociais. Sem mercado de arrendamento, o incentivo à compra de habitação tornou-se incontornável. Com valores de consumo distantes dos europeus, o desejo de aumentar o conforto da casa, do corpo e do espírito encontrou no crédito um fácil aliado.

Mas se racionalmente os portugueses aproveitaram a oportunidade, a percepção social dessa situação assumiu, por vezes, uma excessiva dramatização. Confundiu-se endividamento com sobreendividamento, tomando todos os devedores como potenciais incumpridores. Laivos de diabolização do crédito, particularmente do crédito ao consumo, implicitamente considerado como o que só serve (ao vizinho) para comprar bens "supérfluos", perpassaram o discurso do

endividamento, reflectindo valores culturais tradicionais ainda muito interiorizados.

Embora ditas a outro propósito, em outro contexto e noutro tempo, faz aqui sentido relembrar as palavras que Vítor Constâncio proferiu na Assembleia da República, em 1978, quando era Ministro das Finanças do II Governo Constitucional: “Há [por vezes] uma inadaptação psicológica [dos portugueses] à nova estrutura de valores, que resulta de hábitos antigos e de não ser fácil compreender que há um preço a pagar pela nossa liberdade”, mesmo quando ela apenas se traduz nessa pequena liberdade de aceder ao crédito.

Contrariando um dramatismo exagerado, mas sem esquecer o risco que implica a democratização do crédito, no seu discurso de tomada de posse no Banco de Portugal, em 2000, Vítor Constâncio clarificou os números, mostrando que a taxa de esforço, o verdadeiro indicador do risco, se mantinha afinal em níveis controláveis. Mas assumindo em pleno a função reguladora do Banco de Portugal, não deixou de alertar os bancos para a necessidade de serem mais selectivos e mais cuidadosos na transmissão de informação aos seus clientes. Reivindicou, então, para o Banco de Portugal um novo papel e uma nova função: “a da prestação de serviços à comunidade na informação, investigação e formação económica; a de fazer pedagogia na utilização dos serviços financeiros e promover as melhores práticas do sistema; a de esclarecer, sem criar um sentimento de irresponsabilidade”

Esse dever de informação do Banco de Portugal, para além de constituir um instrumento indispensável ao progresso da investigação económica e social (como muitos de nós sabemos e cuja falta tantas vezes lamentamos), preenche outra função de interesse público, que não tem sido suficientemente cuidada: a da certificação independente dos números, ora mal utilizados, ora geridos conforme as conveniências, confundindo os cidadãos e prejudicando a confiança nos políticos ou, pior do que isso, na política. Não é apenas a investigação que exige informação fiável. Não é apenas a comunicação social que necessita de informação transparente. Somos todos nós,

cidadãos, que precisamos de informação credível, particularmente em domínios controversos.

Durante a década de oitenta, preparava-se na Europa uma nova mudança: a da moeda, com a sua carga económica, política e cultural.

Vítor Constâncio foi na altura fortemente crítico do reforço das exigências que a esse propósito a Comunidade impôs aos Estados-Membros em matéria de coordenação das políticas orçamentais, particularmente, “a imposição de limites rígidos à dimensão do défice para cada país”. Considerando a inflação na altura existente, temeu que esse objectivo prejudicasse a convergência real com a economia europeia e fosse demasiado exigente para o Estado, os agentes económicos e os cidadãos. Contestou vivamente o carácter exclusivamente técnico dos critérios exigidos para a União Monetária e defendeu que eles estavam lá por razões “essencialmente políticas” – porque a Alemanha os queria e sem Alemanha a União não era possível. Vítor Constâncio foi então muito cauteloso e admitiu com grande probabilidade que Portugal não fosse capaz de cumprir esses critérios, nem em 1999. As fortes dúvidas que manifestou nunca assentaram, porém, numa descrença sobre a bondade do objectivo final que se pretendia atingir. Representaram sobretudo uma divergência sobre a metodologia seleccionada. Assim, em 1993, em plena crise do SME, contestou a ideia de que ela era uma demonstração de que a “União Monetária não é possível ou, pelo menos, de que não é possível num horizonte visível” e reafirmou que sem “União Monetária não haveria Mercado Único e sem Mercado Único pleno a Europa não teria condições de competitividade com o Japão e os EUA, no actual contexto da economia mundial”.

Quando em 2000 voltou a ser Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio encontrou um país muito diferente. Nas entrelinhas do seu discurso perpassa algum surpresa, admito mesmo que pessoal, pela forma como Portugal conseguiu realizar a convergência nominal com os parceiros europeus, mesmo que algumas das dificuldades de ajustamento do défice que previra continuassem por resolver, exigindo,





como lembrou, a redução da despesa pública e o aumento da competitividade, assente em mais iniciativa empresarial.

Não é fácil gerir os tempos de mudança. Vítor Constâncio sabe-o bem pelas funções que tem desempenhado. São tempos predispostos ao medo, e o medo torna-se às vez maior na nossa cabeça do que as estatísticas que retratam a realidade em que nos inserimos permitem admitir.

Entre os medos do fim do século XX esteve o próprio fim de século. E esteve também, na União Europeia, a perda das moedas nacionais. Finalmente, ambos ocorreram quase sem darmos conta. Vítor Constâncio desejou ao euro boa sorte e anteviu-lhe bom futuro, no início deste século. “Ninguém se iluda com a fraqueza recente do euro, pensando remetê-lo para a categoria de moedas fracas”, afirmou em 2000. “A prazo o euro ganhará importância e valor”.

Mas esta Europa, reforçada por uma moeda única, tão serenamente introduzida e potencialmente forte, parece de repente querer fechar-se “num refúgio securizante de identidade cultural”, esquecendo que é num “universalismo plural que melhor se salvaguarda a comunicação sem dominação e os direitos dos povos”, como Vítor Constâncio referiu em 1994. Uma parte da Europa parece assustada pelo medo da diferença. Já não entre o seu norte e o seu sul, como antes. Mas entre o seu oeste e o seu leste e entre todo o continente e os outros continentes, menos generosos na oferta de emprego, conhecimento, direitos e liberdades.

Em 1987, era então Secretário Geral do Partido Socialista, num discurso sobre a renovação programática do socialismo democrático, Vítor Constâncio escreveu: “vivemos hoje um período que requer inovação ideológica. As novas tecnologias e a internacionalização das economias conduzem a que o espaço nacional não seja mais suficiente para assegurar um nível adequado de regulação económica e social. Há ausência de coordenação, há ausência de liderança, há ausência de políticas que ponham ordem na economia mundial. São precisas instâncias de regulação a nível internacional. E se a Europa não marcar a sua posição neste processo, dificilmente ele vencerá fora

dela”. Palavras avisadas para as quais ainda não foram encontradas as devidas respostas, apesar do mérito das iniciativas de Florença e de Berlim sobre “Progressive Governance” para o Século XXI, aliás, dificilmente repetíveis no actual contexto político europeu e americano.

Como já aqui mostrei, grande parte da carreira profissional de Vítor Constâncio foi feita na economia e para a economia. Como Ministro das Finanças, como Governador do Banco de Portugal, como director do Banco Português de Investimentos, como professor universitário. E no entanto, raramente esteve ausente do seu discurso a preocupação social, a importância das pessoas, a consciência do relativismo dos números e do carácter falível das previsões, a relevância das escolhas políticas. “A política social não pode ser um subproduto da política económica e financeira, a segurança social não pode ser apenas uma rede de protecção mínima”, defendeu em 1987. “Deve ser também um instrumento de promoção da qualidade de vida. Certas formas de auto-organização da sociedade são importantes, mas não suficientes para dispensar o papel do Estado e sua responsabilidade fundamental”. E acrescentou: “Está hoje em causa o nosso futuro e ele exige a nossa reflexão sobre o problema da guerra e da paz, do meio ambiente, da possível destruição da natureza e dos equilíbrios que lhe são fundamentais. Daí, a importância da ciência e da investigação nas sociedades modernas”.

No final da década de oitenta, quando as teorias neo-liberais faziam o seu caminho pelo mundo, o economista Vítor Constâncio, o técnico internacionalmente reconhecido, o dirigente do Banco de Portugal fazia assim jus à sua vertente socialista, aprendida ao mesmo tempo que a economia, quando presidia à JUC no ISCEF, quando lia Jacques Maritain e Emanuel Mounier, nas conversas com Francisco Pereira de Moura e Nuno Teotónio Pereira, quando com outros criou a cooperativa Pragma, como meio de contornar a repressão administrativa que o Estado Novo exercia sobre as associações culturais. Mas também à sua vertente socialista, aberta e criativa, que aprendeu com António Sérgio e Jean Jaurés, e misturou com Karl Popper e Albert Camus e provavelmente com tantos outros.

É esta mistura muito própria entre o técnico competente, o economista social e ambientalmente preocupado, o homem atento e culturalmente implicado, o cidadão militante e politicamente empenhado que faz a diferença de Vítor Constâncio e que esse espírito arguto e admirável que é o do Nuno Brederode dos Santos tão bem retratou em 1986.

“Sobre o Constâncio” afirmou, “o principal a referir é que a sua imagem pública é um enorme e espantoso equívoco. O equívoco nasce da constatação pública do grande economista [a imagem do super-macro-economista que teve uma carreira escolar brilhante e uma profissional que excede o ambicionável]. A partir dela, espera-se – com alguma legitimidade estatística – um senhor de gravata e pasta, que veste sombrio, vive de e para os números e só sonha com relatórios. Um homem cujo pulmão pede escritório, porque as vigílias só as pode afundar na colecção vampiro (da qual, aliás, nem sabe apreciar as coisas boas). Alguém que só está vivo no exercício da sua competência, para além da qual estão a emoção e a aventura – e esse muro não se salta vergado ao peso da respeitabilidade social.

Colaborando involuntariamente neste logro, Constâncio dá-se a ver ao país de gravata e pasta e, mais do que sombrio, veste-se de Governador do Banco de Portugal (...). São os indícios bastantes para consolidarem o mito do tecnocrata: competente até ao brilho, o mais deve ser cinzento, prosaico, indeciso (...).

Neste erro laborou até agora muita gente. E é filha dele a confiança com que tantos (...) aguardaram que recusasse a candidatura à liderança dos socialistas: um tecnocrata não troca a prestigiosa certeza da presidência do Banco Central por uma aventura política. Erro grave: por detrás da ilusão do Constâncio público estava a verdade do Vítor privado.

O que parecia um economista era afinal um intelectual que decidiu domar a economia. Um homem com uma sólida arquitectura de conhecimentos, recolhidos de quase toda a diáspora do pensamento e da cultura, surpreendentemente sistematizadas por uma profunda reflexão pessoal (...). Um espírito inquieto, curioso e ávido, que guarda

saudades do teatro que fez, que não perde um filme importante (...) que devora os livros até à destruição material (cantos dobrados, anotações manuscritas nas margens, lombadas descoladas).

Senhor da técnica [que domina, logo não teme e usa], mas não tecnocrata. Nada nele há de cinzento, para além do fato. Nada nele há de prosaico ou indeciso. Sei que tem garra, tem sonho, tem inquietação (...).

Quando escreveu estas palavras, Nuno Brederode dos Santos não tinha ainda ouvido “Tristão e Isolda”, não tinha sido espectador de “Alice”, não tinha apreciado Bosh ou a retrospectiva de Pina Bausch. Faltavam oito anos para Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura, que Vítor Constâncio se encarregou de organizar, sem remuneração, enchendo Lisboa (a cidade onde nasceu) de espectáculos para vários públicos. A encerrar a festa, antes que os 85 sinos estremecessem a Sétima Colina, lembrou que “a cultura não é uma soma de disciplinas. A cultura digna do homem supõe o poder operativo da razão aplicado aos grandes mistérios da condição humana e essa cultura não existe sem a dimensão da cultura científica e filosófica”, as quais, acrescento, são afinal a razão de ser do nosso ofício nesta Universidade.

Magnífico Reitor:

Estão diante de vós o candidato Manuel Jacinto Nunes e o seu apresentante Vítor Manuel Ribeiro Constâncio. Ambos se distinguiram em funções onde o conhecimento e a inovação científica se juntaram à competência técnica e ao elevado prestígio profissional. Onde a ciência foi usada para ilustrar a política, para lhe dar conteúdo, para evitar que fosse feita ao sabor errático das circunstâncias. Ambos, ainda que de modo diferente, têm sido cidadãos activos, empenhados e atentos à sua cidade, ao seu país, à Europa e ao mundo. Por isso nos sentimos muito honrados por os termos hoje aqui.

Rogo, assim, Magnífico Reitor, a concessão do grau de Doutor pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Manuel Jacinto Nunes. Ele merece-o!

